

# A EMIGRAÇÃO DE VILA DO CONDE PARA O BRASIL (1865-1875)

*Maria Adelina Azevedo Piloto  
António Monteiro dos Santos*

## INTRODUÇÃO

Vila do Conde é uma pequena cidade situada no litoral noroeste português, a cerca de 20 km da grande metrópole nortenha, a cidade do Porto, pólo aglutinador por excelência de toda a região. Tem actualmente 80 mil habitantes, disseminados pelas 30 freguesias que formam o seu concelho. É uma cidade com uma vocação marítima por excelência. A emigração de Vila do Conde para o Brasil começou bem cedo. Já no século XVI, encontramos referido nas fontes o nome de Manuel Gonçalves, piloto e patrão da capitania de Pernambuco no tempo de um dos filhos do primeiro donatário, D. Duarte Coelho. Manuel Gonçalves foi segundo marido da vilacondense Isabel de Oliveira<sup>1</sup> e era já falecido no ano de 1625.

Manuel Gonçalves é, tudo leva a crer, o primeiro, o mais antigo emigrante brasileiro oriundo da terra de Vila do Conde.

Vila do Conde possui um Arquivo Histórico com um valioso e avultado espólio. O fundo de Administração do Concelho integra 27 livros de Termos de Responsabilidade e Fiança que se distendem temporalmente de 1865 até 1913. Foi esta fonte manuscrita e original, redigida com certa clareza e minúcia, que serviu de base ao nosso trabalho de investigação. Para além disso, o recurso a outras fontes subsidiárias<sup>2</sup> foi uma constante em todo o processo de investigação, permitindo-nos o conhecimento do enquadramento legal, os ritmos e condições do fluxo migratório, a vivência, a integração e relacionamento entabulado com o país de acolhimento, assim como os laços que os emigrantes mantinham com a terra natal.

O estudo desenvolvido permitiu-nos obter uma variedade informativa, tal como: data do pedido para embarque; nome do emigrante; idade; nome das pessoas envolvidas no que toca a consentimento e fiança e seu parentesco com o emigrante; nome da pessoa que o esperava do outro lado do oceano, o destino geográfico do emigrante, qual o estado do Brasil, ou cidade que ia acolher o emigrante vilacondense, e ainda nalguns casos, não muitos, quem era o pagador da passagem.

## FLUXO MIGRATÓRIO VILACONDENSE (1865-1875)

Na impossibilidade de apresentarmos nesta comunicação a corrente migratória numa perspectiva global, optamos por analisar detalhadamente o movimento migratório durante uma década (1865-1875), nas vinte freguesias que constam dos registos. Os resultados a que chegámos são os que podemos observar no quadro que se segue:

Tabela 1: Emigração anual por freguesias (1865/1875)

FREGUESIA	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	Total
Árvore	3	4	7	6	8	5	7	9	-	-	-	49
Azurara	1	8	5	10	6	10	21	4	-	-	-	65
Bagunte	3	3	8	3	2	3	2	3	7	-	-	34
Fajozes	1	8	3	6	6	4	4	9	6	2	8	57
Ferreiro	-	2	-	2	2	2	2	-	3	1	2	16
Fornelo	1	7	5	1	3	8	5	4	5	5	4	48
Gião	-	10	3	1	6	7	4	5	4	3	5	48
Guilhabreu	-	-	-	-	-	3	1	4	2	5	-	15
Junqueira	-	2	5	2	-	6	2	-	-	-	-	17
Labruje	-	-	-	-	-	-	-	9	4	2	1	16
Macieira	1	3	10	6	6	1	4	6	9	5	14	65
Malta	-	1	4	-	2	3	1	2	3	1	-	17
Mindelo	-	2	1	6	4	3	6	7	3	1	-	33
Modivas	1	1	4	3	6	2	5	4	6	1	-	33
Rio Mau	2	2	3	4	4	6	5	7	-	-	-	33
Touguinhó	1	1	2	1	2	6	4	-	-	-	-	17
Vairão	2	6	7	4	7	6	5	9	4	-	-	50
Vila Chã	4	7	8	3	5	2	2	3	-	-	-	34
Vila do Conde	6	38	35	44	37	25	40	27	24	6	-	282
Vilar	4	2	2	4	4	-	1	-	-	-	-	17
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>107</b>	<b>112</b>	<b>106</b>	<b>110</b>	<b>102</b>	<b>121</b>	<b>112</b>	<b>80</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	<b>946</b>

Nos 10 anos em análise foi inventariado um total de 946 emigrantes, dispersos pelas vinte freguesias, sendo de realçar, naturalmente, o contingente maioritário da sede do concelho com 282 indivíduos. A antiga vila e actual cidade de Vila do Conde revelou, desde sempre, maior densidade demográfica, e um pendor por excelência para a mobilidade. Sucedem em volume as freguesias de Azurara e Macieira com um total de 65 elementos cada. Azurara é uma pequena terra, situada na margem sul do rio Ave, mesmo em frente à sede do concelho; desde sempre os seus naturais se mostraram muito inclinados à marinhagem e à aventura. Macieira é uma freguesia localizada na parte sul do

concelho, afastada do mar, de cariz exclusivamente rural. A freguesia de Guilhabreu situada no extremo sudeste do concelho foi a que registou o menor contingente, apenas 15 elementos. Tal volume deve-se em grande parte ao facto de ter sido integrada no concelho de Vila do Conde somente a 11 de Maio de 1870.

O fluxo migratório anual registou uma tendência progressiva entre 1865-1871, embora com ligeiras oscilações. Em 1871, foi atingido o pico com um total de 121 emigrantes. A partir de 1873 o decréscimo foi acentuado.

Estabelecendo a analogia do volume anual de emigrantes com o número de habitantes de cada localidade que nos é fornecido pelos censos de 1864 e 1878, verificamos que foram as freguesias de carácter eminentemente rural que mais engrossaram a aventura brasileira. A freguesia de Fajozes assume a dianteira, seguida por as de Macieira, Fornelo, Ferreiró e Árvore. Só depois se seguem em percentagem as freguesias de pendor marítimo como Vila Chã, Azurara e Vila do Conde.

Em conclusão, pode-se afirmar que na década em análise o fluxo migratório foi significativo: quase um milhar de pessoas foi atraído para terras brasileiras. Somente 10, das 30 freguesias que formam o concelho, não forneceram qualquer emigrante. Algumas dessas freguesias só em 1870 e 1871 foram integradas no concelho de Vila do Conde.

## EMIGRAÇÃO CLANDESTINA

A cifra alcançada diz somente respeito àqueles que emigraram legalmente, mas muitos outros devem ter partido em transgressão da lei, metidos subrepticiamente nos porões dos navios, escondidos entre os pipos ou outros haveres, viajavam à mercê da sorte na esperança de alcançar no outro lado do Atlântico o bem-estar que escasseava na pátria. Quantos partiram clandestinamente? Com certeza muitos, ao certo nunca o saberemos.

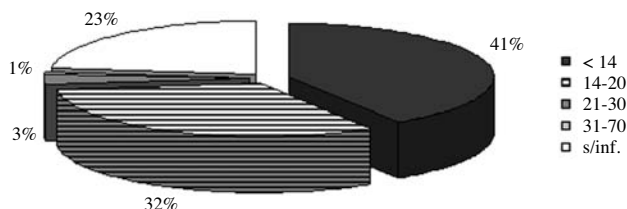
Conhecemos alguns documentos que vêm corroborar as nossas asserções como o ofício do Administrador do concelho de Vila do Conde enviado para o Governador Civil do Distrito do Porto, em 3 de Maio de 1859, que trasladamos: “Em resposta ao officio pela 1º Repartição, n.º 414 em data de 26 de Abril findo em que se me ordena procedas as mais minuciosas averiguações para se saber se o embarque de 24 colonos sem passaporte que conduzio a Barca MONTEIRO 2.º – sahida desse porto no dia 13 de Janeiro findo teria tido lugar nas praias deste Concelho ou em alguma outra, cumpre-me participar a V. Exa. que tendo procedido às necessárias averiguações nas freguesias do littoral deste Concelho desde Villa Chaã até ao lugar da Cachina, onde à apenas piquenos barcos ou miranços de conduzir argaço, não à em ponto algum do littoral o menor conhecimeto, noticia ou edeia de semelhante embarque, nem couza alguma consta a semelhante respeito”<sup>3</sup>. Para além deste testemunho, existem outros no mesmo sentido, confirmadores da emigração clandestina, num total de cinco, datados de 5 de Março e 10 de Outubro de 1857, e um outro de 3 de

Maio de 1859<sup>4</sup>. É pois pertinente concluir da existência de uma movimentação ilegal, clandestina, na emigração do século XIX para o Brasil.

Tabela 2: Estrutura etária dos emigrantes

IDADE	NÚMERO	%
<14	393	41
14-20	301	32
21-30	26	3
31-70	6	1
s/ inf.	220	23
<b>Total</b>	<b>946</b>	<b>100</b>

Gráfico 1: Idade dos emigrantes



Como se pode observar na tabela 2 e gráfico 1, a maioria dos emigrantes eram menores de 14 anos, rapazes imberbes afastados precocemente dos pais que iam tornar-se moços à frente das pequenas baiúcas de comes e bebes, de lojas de tecidos e outros artigos, caixeiros nos secos e molhados, e outros, bem mais desafortunados, a carpirem os seus desgostos nos sertões, nos seringais e nas ruas das grandes cidades. Apesar do sofrimento por que passavam, a vida por cá não tinha futuro, lá fora acenava o progresso, o bem-estar e a fortuna.

Em segundo lugar, temos o grupo dos jovens entre os 14 e os 20 anos, com um total de 301 elementos. Muitos deles, com certeza, apanhados pelas redes de engajamento, fugindo ao recrutamento militar, mas já em idade de prestar fiança (pela lei de 4 de Junho de 1859, o limite mínimo para a imposição de fianças ao recrutamento passa para os 14 anos). Sucede-se em importância numérica, mas muito afastada da anterior, os emigrantes entre os 21 e os 30 anos, com apenas 26 pessoas.

Na última posição está o grupo dos que têm entre 31 e 70 anos. Trata-se de uma faixa diminuta, com apenas um total de seis elementos. Lamentavelmente, para um grupo expressivo, composto por 220 pessoas, não dispomos de informação.

Devido à idade precoce da maioria dos emigrantes é lícito concluir que se tratava de jovens solteiros, embora as fontes consultadas nada refiram a esse propósito. O fluxo migratório do concelho de Vila do Conde para o Brasil, à

semelhança do que se passava no resto do país, foi um movimento predominantemente masculino. O jovem solteiro tinha espírito mais aventureiro, estava mais predisposto a correr riscos.

A emigração feminina no concelho de Vila do Conde seguiu a tendência dos outros concelhos do distrito do Porto, e mesmo de todo o norte do país. Foi uma emigração reduzidíssima, que em Vila do Conde se cifra apenas em 6 pessoas no período em estudo, e nestas ainda, duas meninas menores de 6 anos de idade. Não queremos, no entanto, deixar de nos referirmos a estas seis situações, pelo que passamos a indicar os elementos identificativos de cada uma delas, por ordem alfabética:

- Albina Rosa, órfã, com registo datado de 8.04.1870, menor de 20 anos, natural de Modivas, partiu para a companhia de seu pai José dos Reis, que se encontrava na cidade de Pelotas, tendo assumido o embarque José Rocha, o seu tutor.
- Filomena do Amor Divino e Lima, órfã de João Vieira Lima e de sua esposa.
- Maria do Amor Divino, menor de 14 anos, natural de Vila do Conde, cuja responsabilidade da partida foi de sua avó.
- Viúva, Maria Madalena, sendo o seu registo datado de 22/03/1871, e foi recomendada a sua madrinha Ana Perpétua Miranda e Silva.
- Libânia do Nascimento que embarcou com duas filhas menores de 6 anos, de Vila do Conde, na companhia do marido João José Baptista, com registo de 13.04.1867, sem indicação do destino.
- Por último, D. Rita Joaquina dos Santos Silva, de Vila do Conde, registo de 9/05/1868, tendo por fiador José Maria Gonçalves da Costa, e partiu para a companhia do marido, “onde já estivera”, sem dizer onde, acrescenta o registo.

Temos, assim, a emigração feminina para o Brasil do concelho de Vila do Conde, na década de 1865-1875. É bem pouco significativa, parece confirmar o tradicional anécdotico popular: “A mulher quer-se em casa e o homem na praça”. Só muito mais tarde é que surgiu para as mulheres a possibilidade de emigrarem, com o advento da sua liberdade.

O emigrante do sexo feminino e casado tinha de ter carta ou ordem do marido. No caso de menores tornava-se necessário prova de consentimento do pai, tutor, ou juiz. Caso já tivessem mais de catorze anos e sem terem sido ainda chamados ao serviço militar, era requerido o consentimento do pai, ou da mãe, ou tutor e ainda lhes era exigido uma fiança para garantir a sua participação no serviço militar efectivo.

Nos momentos em que está em discussão no Parlamento a problemática do recrutamento militar, nota-se um certo recrudescimento de emigrantes com idades próximas do serviço militar. Pode-se inferir que alguns condicionais-burocráticos tinham repercussão no fluxo etário emigratório.

Os homens casados, para emigrarem tinham de ter um termo de consentimento da esposa.

O homem português, nas suas incessantes deambulações migratórias, viajou quase sempre desprovido de companhia feminina, daí a tendência para estabelecerem facilmente relações amorosas com as moças naturais dos países de acolhimento, disseminando pelos quatro cantos do mundo, numerosa prole. No caso de serem casados, partiam geralmente sozinhos deixando para trás a família, e só quando a vida corria a jeito, mandavam a “carta de chamada” para o seu reagrupamento posterior.

A partida destes mancebos solteiros na busca do *Eldorado* brasileiro, ajustava-se às tradições maiatas de indivisibilidade do património familiar. Embora o direito de morgadio tenha sido extinto oficialmente pelo Decreto do Mouzinho da Silveira, de 4 de Abril de 1835, na prática, ele continuou a vigorar, resistindo a todas as mutações sofridas pela sociedade do Entre o Douro e Minho. Como escreve Eugénio Andrea, “ninguém protesta pois sobreleva o interesse da Casa”<sup>5</sup>.

A emigração em massa de solteiros do sexo masculino, provocou também a distorção da relação matrimonial, o desequilíbrio entre os sexos e condenou muitas jovens ao celibato forçado.

## FIADORES

A lei exigia ao emigrante que ainda não atingira a idade do serviço militar, para além da sempre imprescindível autorização dos pais, caso fossem ambos vivos, ou de um só dos progenitores na eventualidade do falecimento de um deles, a existência de um fiador, que garantiria a prestação de uma fiança, comprometendo-se perante as autoridades a responder em nome do emigrante, caso nas sortes fosse designado para o exército ou marinha. Buscava o emigrante e seus familiares para essa responsável função as pessoas credíveis e idóneas, pela sua posição económica e social. E assim vamos encontrar entre os fiadores os nomes das pessoas que gozavam de maior prestígio e reputação na sociedade local, como proprietários, capitalistas, gente de pequeno e médio comércio, lavradores abastados, políticos e sacerdotes. Sem podermos ser exaustivos, aqui ficam registados os nomes de alguns fiadores mais proeminentes.

Da freguesia de Azurara destacamos:

- António Gonçalves Rocha, pessoa bem quista da população, irmão de Manuel Gonçalves Rocha, que foi vice-cônsul do Brasil, em Azurara.
- Narciso António Campos, um armador de navios, que exercia a sua actividade em sociedade com um seu irmão, Joaquim António Campos, conceituado emigrante em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- João Lopes Baptista, conceituado comerciante em Vila do Conde, foi um fervoroso devoto do padroeiro da cidade, S. João Baptista. Por altura da

feita ao Santo, venerava-o com tronos e cascatas e promovia animados descantes. Na hora do seu passamento legou todos os seus bens ao santo da sua particular devoção, da Igreja Matriz de Vila do Conde.

- Manuel da Silva Mafra, oriundo da vila da Ericeira, casou em Azurara, dando origem à família Mafra, que se notabilizou com a criação do famoso conjunto de música popular – António Mafra. Foi mestre de navios de cabotagem.
- António Lopes Duarte, emigrou para o Brasil, onde casou com D. Maria da Conceição Lordelo, natural do Rio de Janeiro. Deste enlace matrimonial nasceram vários filhos, um deles contraiu conúbio com uma senhora da ilustre e influente família dos Vasconcelos, com casa senhorial em Azurara e Vila do Conde. Regressou para exercer a actividade de armador de navios. Mercê destas influências passaram a ser alcunhados como os *Manducos*.

Em Vila do Conde, como é compreensível, devido ao maior número de emigrantes, deparamo-nos com um leque de fiadores mais diversificado:

- José Fernandes Tomé da Silva foi Amanuense da Roda dos Expostos, um edil com a responsabilidade de orientar e gerir o albergue que acolhia as crianças vítimas do infortúnio e postergação. Esta instituição debateu-se ao longo dos seus vinte anos de efectivo funcionamento com graves carências económicas, tendo ele adiantado por diversas vezes as verbas necessárias para suprir as mais prementes necessidades, assegurando dessa forma a continuidade deste estabelecimento de assistência, numa sociedade pouco atreita a este tipo de filantropia.
- Manuel António Pereira, que exerceu a função de secretário da Câmara Municipal de Vila do Conde, foi pai de vários emigrantes brasileiros. Um deles, ordenado sacerdote católico, veio posteriormente a abraçar o protestantismo.
- José Martins de Araújo, oriundo da freguesia de Touguinhó, foi um afamado construtor naval, conjuntamente com outros elementos da família.
- José do Nascimento Castelo, originário da vila da Ericeira, era filho do piloto-mór da barra de Vila do Conde, Manuel do Nascimento Castelo. Foi um rico proprietário, com negócios ligados ao mar. Possuía várias casas, entre elas aquela onde residiu Antero de Quental de 1881 até 1891.
- Marcelino Lourenço Gomes que era natural da freguesia de Árvore. A sua família era exímia no fabrico de relógios de caixa alta, de que se conhecem pouquíssimos exemplares. Fez parte de várias Câmaras, alcançando-se à presidência da Autarquia.
- José Maria Pereira de Andrade foi um conceituado mestre de carpintaria. Dos vários filhos havidos do seu casamento, um distinguiu-se como caudatário, e um outro foi Prior de Vila do Conde, cargo bem importante no arcebispado de Braga.

- Joaquim Felismino Gomes, comerciante na cidade, adquiriu razoável fortuna, que lhe permitiu, entre outros, comprar terrenos onde hoje estão situados os estaleiros navais na margem esquerda do rio Ave, em Azurara. Homem dado à cultura e à política, foi o fundador do primeiro jornal que se publicou em Vila do Conde *O Correio do Ave*.
- João Pereira Leite Pita de Ortigueira Negrão foi um dos últimos governadores militares do Castelo da Vila (1875), tendo atingido a patente de tenente-coronel. Seu pai, Manuel Joaquim, doutor em direito civil e canónico, entre outros honrosos cargos desempenhou o de desembargador da Relação e Casa do Porto e foi, em 1808, aquando das invasões francesas, secretário de estado dos negócios políticos e da guerra da Junta Provisional do Governo Supremo do Porto. Seu irmão José esteve exilado em Inglaterra e fez parte do Batalhão Académico que desembarcou na praia de Pampelido, no dia 8 de Julho de 1832.
- Dr. Bento de Freitas Soares, nascido em Vila do Conde, de família dedicada ao pequeno comércio ligado ao mar. É, de entre todos os fiadores, aquele que atingiu uma maior auréola de notoriedade. Foi um estudante brilhante, um médico distinto, um homem probo, um coração vibrátil e generoso, enfim uma marcante personalidade humanística. Como político foi respeitado e admirado por todos, até mesmo pelos seus adversários partidários. Militou no Partido Regenerador, foi Presidente da Câmara de Vila do Conde, Deputado às Cortes, Par do Reino e Governador Civil do Porto. Nesta qualidade protagonizou uma batalha contra a emigração clandestina. Terminou a sua carreira pública como Director da Alfândega do Porto<sup>6</sup>.

Os emigrantes brasileiros abonados pelas individualidades que acabámos de nomear eram, por certo, filhos de famílias dignas da maior estima e confiança e da mesma forma iam dirigidos e recomendados a pessoas já bem estabelecidas na sociedade brasileira, que usufruíam de um estatuto sócio-económico gratificante e honroso. Assim, tanto ou mais importante do que ter um bom fiador, que abonava a partida do quase sempre jovem emigrante, era poder contar do outro lado do Atlântico, à chegada, com um abraço amigo e um bom emprego assegurado.

## RECOMENDAÇÃO

Na grande parte dos casos os que partiam iam recomendados quase sempre a parentes, mais ou menos directos, pai, irmão e tios. Em alguns casos esporádicos, os que acolhiam o jovem eram apenas amigos, conhecidos e conterrâneos. É lícito deduzir que estes emigrantes devidamente encaminhados para parentes e amigos, teriam, à priori, a vida mais facilitada, mas muitos outros lançavam-se à aventura brasileira sem a mais pequena ajuda, completamente



entregues a si próprios, partiam ao sabor da sorte, levando apenas a esperança de uma vida melhor, e até fazer fortuna, e um dia regressar à terra que os viu nascer. A miséria que reinava na pátria impulsionava-os para o “Novo Mundo”, onde havia carência de mão-de-obra obediente, capaz e barata. Tudo girava num mar de interesses, nem sempre justos nem recíprocos, mas quem tinha necessidade a tudo se sujeitava.

Apesar de terem sido promulgados vários diplomas, ao longo de Oitocentos, a restringir a emigração, ela, na prática, como acabámos de comprovar, tinha o apoio de pessoas da mais elevada categoria e posição social. Políticos que alertavam para as consequências nefastas do fenómeno e produziam textos de diatribes aceradas, acabavam por ser fiadores; padres que no púlpito pregavam contra os desequilíbrios e os males da desvairada emigração que aos poucos ia exaurindo o melhor dos braços da pátria também prestaram fianças e acolheram os emigrantes.

No manancial dos que acolheram os emigrantes realçamos dois nomes, um por fazer parte de uma família que produziu toda uma geração de artistas, e outro pela sua condição de missionário:

- Frei Bento do Monte Carmelo Flores foi um frade carmelita que vivia no Convento da sua Ordem religiosa em Pernambuco. Para ao pé de si levou alguns filhos de seus patrícios, entre os quais o sobrinho Bento Luís de Aguiar, que se viria a distinguir entre a colónia portuguesa e a elite brasileira de Pernambuco.
- O outro vilacondense foi José Maria Pereira, filho de António Fernandes Pereira e Ana Rita de Jesus. Este casal teve uma prole de 14 filhos. José Maria cedo emigrou para o Rio de Janeiro, onde em loja de secos e molhados angariou razoável fortuna. Ao que parece era um *bon-vivant*, visitou a França mais do que uma vez. Em 18/07/1874, foi-lhe recomendado o conterrâneo Manuel Maria de Castro. José Maria Pereira foi o tio-avô do insigne escritor e poeta José Régio. Faleceu solteiro na sua terra natal e fez herdeira quase universal, a sua irmã Maria Libânia, a matriarca da família. É com este “Tio Brasileiro”, de quem Régio fala no romance “A Velha Casa”, que a família Pereira beneficia de ascensão económica e social.

Tabela 3: Destinos emigratórios por freguesias

FREGUESIA	Baía	Maranhão	Pará	Pelotas	Pernam- buco	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	“Brasil”	Totais
Árvore	3		1		15	3		10	17	49
Azurara					6	3	2	5	49	65
Bagunte	1	3		1	10		4	3	12	34
Fajozes	1	1			31		1	19	4	57
Ferreiró					8			5	3	16
Fornelo		1			21			18	8	48
Gião	2	3			15			13	15	48
Guilhabreu					5		9		1	15
Junqueira		4			3	1		4	5	17
Labruje							1	6	9	16
Macieira		5			35	4		16	5	65
Malta	1	5			7			3	1	17
Mindelo		4			17		1	8	3	33
Modivas		7	2	1	7			10	6	33
Rio Mau	4				8		1	4	16	33
Touguinhó					2	2	3	4	6	17
Vairão		1	1		22			21	5	50
Vila Chã	4	3			1	5		4	17	34
Vila do Conde			8	3	7		11	28	225	282
Vilar		3			1	1	9		3	17
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>40</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>221</b>	<b>19</b>	<b>42</b>	<b>181</b>	<b>410</b>	<b>946</b>

Como podemos observar na tabela 3, variados destinos atraíram os emigrantes vilacondenses. Da leitura e análise das fontes consultadas foram inventariados 9 destinos. A primazia vai para o destino indefinido de “Brasil”, com 410 casos. Englobámos nesta coluna não só os emigrantes que não indicaram o nome da cidade brasileira ou estado que os ia acolher, mas também os 250 casos que aparecem referidos nas fontes na década em estudo como destinados a qualquer navio.

Muitas vezes nos surgiu, efectivamente, nos livros de Termos de Responsabilidade e Fiança a expressão “qualquer navio” pretendendo significar as autorizações concedidas para fazerem parte da tripulação dos navios. Os indivíduos que solicitaram fiança e consentimento para embarcar em “qualquer navio” eram, na sua esmagadora maioria, oriundos de Azurara e de Vila do Conde, localidades com uma tradição marítima por excelência. Estes passaportes obedeciam a trâmites legais semelhantes a todos os outros. E para onde se destinaria a grande massa migratória que requereu tal concessão? Tudo leva a crer que tinham como primordial destino, diríamos quase exclusivo, as terras

de Vera Cruz. As razões são de todos conhecidas. Não resta qualquer dúvida de que ao longo dos séculos XVIII, XIX e até à década de 1860, nenhum país ou região do globo cativou os portugueses como o Brasil e a América do Sul. A corroborar tal realidade temos ainda a imprensa da época. Eis alguns casos demonstrativos das nossas asserções.

Em 1872, o jornal local *O Correio do Ave*<sup>7</sup> anuncia que três embarcações – uma galera, um brigue e uma escuna – aceitam passageiros e carga para o Rio de Janeiro e para Pernambuco. Em 1888, dos sete vapores publicitados no *Jornal de Vila do Conde*<sup>8</sup>, cinco destinavam-se à carreira do Brasil, e em 1911, a Mala Real Inglesa anunciava no jornal *O Ave*<sup>9</sup> que tinha disponíveis cinco barcos para passageiros ao Brasil e outros lugares da América do Sul. Sabemos também que alguns dos emigrantes vilacondenses embarcações tiraram o curso de mestrança, atingindo no Brasil a patente de oficiais.

Na segunda posição de grandeza surge-nos Pernambuco com 221 casos. Não conhecemos com exactidão o porquê desta escolha tão intensa. Supomos que aí se estabeleceu uma colónia de vilacondenses muito activa que incentivou a vinda de outros patrícios. Pernambuco era uma zona de grande comércio, razão pela qual era uma boa oportunidade para quem se abalançava a uma nova vida. Esta suposição é corroborada por um jornal nacionalista de Pernambuco que, em 1848, descrevia assim os ramos de negócio e os empregos que gerava: “Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se acham em Pernambuco e todas elas de estrangeiros (...) Lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa feita, de calçados, funileiros, tanoeiros, tudo é estrangeiro. Cada uma dessas casas tem 3 a 4 caixeiros todos portugueses; calculemos porém, a dois e teremos doze mil caixeiros com seis mil patrões, dezoito mil portugueses que nos excluem do comércio”<sup>10</sup>.

Esta panorâmica comercial de Pernambuco não podia deixar de ser do maior interesse para qualquer emigrante, e os vilacondenses por certo não enjeitaram a oportunidade que se lhes deparava, de singrarem no comércio, em vez de enfileirarem por outro tipo de actividades mais duras e menos gratificantes. Do que não resta dúvida é que a emigração vilacondense para Pernambuco foi importante. Bastará citar a grande obra aí realizada com a instituição do Real Hospital Português Beneficente em Pernambuco e analisar o nome dos nossos patrícios que o impulsionaram, desde a sua fundação. Aqui deixamos registados os que mais se notabilizaram: José Joaquim de Lima Vairão, da freguesia de Vairão; Joaquim Luís dos Santos Vila Verde, António Pedro de Souza Soares, José Antunes Palmeira<sup>11</sup> e seu sobrinho José Narciso Maia Palmeira, partidos da freguesia de Vilar; Comendador Fernando Faria Gonçalves Maia, da freguesia de Guilhabreu; Visconde de Santo Albino, da freguesia de Fajozes; Comendador Bento Luís de Aguiar e frei Bento do Monte Carmelo Flores, ambos naturais de Vila do Conde, tendo o último sido capelão e administrador do serviço interno do hospital<sup>12</sup>.

Ainda na actualidade a ligação dos vilacondenses a Pernambuco é marcante, com muitos a exercerem aí a sua actividade nos mais diversos serviços, desde

simples empregados até grandes industriais bem colocados na sociedade. No próprio Hospital Português Beneficente em Pernambuco nunca se desvaneceu a ligação solidária; no momento presente o Provedor do hospital é um nosso compatriota da freguesia de S. Simão da Junqueira – Alberto Ferreira da Costa.

Em terceiro lugar, por ordem decrescente, situa-se a grande metrópole do Rio de Janeiro, com 181 indivíduos. O facto de o rei, a sua corte e muitas outras pessoas notáveis se terem estabelecido no Rio de Janeiro, a partir de 1808, contribuiu decisivamente para um progresso acentuado em todos os sectores, e consequentemente para o aumento da procura de mão-de-obra.

Continuando a analisar o quadro, encontramos o Rio Grande do Sul com um total de 42 emigrantes. A cidade do Maranhão foi também um outro pólo de acolhimento significativo, com 40 elementos. Depois, com uma soma pouco expressiva, surge-nos Porto Alegre e Baía com 19 e 16 pessoas, respectivamente, seguindo-se o Pará com 12 emigrantes e finalmente, Pelotas que acolheu somente 5 vilacondenses.

## PAGAMENTO DA VIAGEM

No concernente ao pagamento da viagem, lamentavelmente, na maior parte dos casos as fontes são omissas. As escassas referências revelam-nos que as passagens eram pagas em alguns casos pelas próprias pessoas a quem os emigrantes iam recomendados, de preferência um português já há muito estabelecido nas terras de Vera Cruz, com consagrado estatuto sócioeconómico. Depois era-lhes descontado na soldada o estipendiado pelo patrão. No caso de Vila do Conde, salientamos o recebedor Francisco Fernandes de Castro que em 2/04/1870 pagou a viagem a três menores de 14 anos. Na freguesia de Guilha-breu a viagem foi liquidada pelo Reitor da freguesia de Fornelo – Padre Francisco Pereira da Silva – que assim permitiu a concretização da ida para o Brasil do jovem Joaquim da Silva Campos.

Na maior parte dos casos, eram principalmente os familiares, sobretudo aqueles que já residiam no Brasil – salientando-se os irmãos, tios e pai – quem custeava por inteiro o valor da passagem a bordo do navio. Do que nos é dado perceber, um número expressivo de emigrantes viram as suas passagens pagas na origem, pelos seus pais, sem que o escrivão tenha feito o registo da respectiva ocorrência, talvez por o não achar necessário, na sua perspectiva isso se deduzia pelo consentimento e fiança dado pelos progenitores. Na freguesia de Vairão temos um caso em que o emigrante vê a sua ida ser paga pela sua “legítima materna”.

Estes resultados indiciam de que a emigração não foi protagonizada apenas pelos mais desprotegidos da sorte, até porque para emigrar era preciso ter alguns bens para através da venda ou penhora garantir o custo da viagem. Na década que tratamos (1865-1875) começou a industrialização em Vila do Conde. É em 1865 e nos anos posteriores que se instala, labora e afirma a primeira fábrica

de tecidos, uma das primeiras do norte do país, que viria a encerrar em 1972. Esta primeira fábrica, para além da laboração na sua unidade, dava trabalho ao domicílio. A fábrica entregava a matéria-prima a mulheres disseminadas pelas freguesias rurais que a transformava em tecido na sua própria casa, com a ajuda dos seus teares manuais. O início da industrialização em Vila do Conde não estancou o desejo da emigração para o Brasil, antes continuou com igual intensidade.

## CONCLUSÃO

A investigação a que procedemos tendente à elaboração do presente trabalho teve como objectivo primordial proporcionar uma visão real e objectiva da problemática migratória para o Brasil, encarada numa perspectiva essencialmente histórica e social. A emigração vilacondense, no período em análise, foi marcadamente masculina, de jovens com menos de 14 anos de idade, solteiros, que se disseminaram por variados estados brasileiros.

O êxodo de portugueses para o Brasil na centúria de Oitocentos foi um dos problemas mais complexos da economia política. Razões de vária ordem contribuíram para essa realidade. Discordemos da opinião expressa no *Diário Ilustrado* quando afirma que não foi a falta de trabalho, nem os baixos salários, nem o excesso de população que levaram o homem à emigração voluntária, mas sim e unicamente a ambição desmedida<sup>13</sup>. Estamos convictos de que o fluxo migratório brasileiro se deve a uma multiplicidade de factores em que os de natureza económica desempenharam um papel predominante. Como refere Jorge Alves, a emigração é um fenómeno em que as condições do país de acolhimento também constituíram um factor importante na atracção dos emigrantes<sup>14</sup>.

## FONTES

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Arquivo dos Condes de Azevedo, doc. avulsos, Testamento de Isabel Oliveira, s.c.

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Correspondência expedida para o Governo Civil, 2931.

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Correspondência expedida para o Governo Civil, 2932.

(O) *Ave*, n.º 253, 27.08.1911.

(O) *Correio do Ave*, n.º 7, 02.07.1872.

*Diário Ilustrado*, Lisboa, n.º 189, 07/01/1873.

*Jornal de Vila do Conde*, n.º 140, 13.10.1888.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
- ANDREA, Eugénio da Cunha Freitas (1960), *Costumes tradicionais da Maia, dotes, doações e sucessões*, Porto.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1972), *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. IV, S. Paulo.
- SILVA, Laurindo (1960), *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco no seu Primeiro Centenário (1855/1955)*, Recife.

## NOTAS

- 1 Isabel de Oliveira faleceu a 5 de Março de 1626. No seu testamento feito a 13 de Janeiro de 1625, refere ter sido casada com Pedro Roíz e também “mulher que ultimamente foy de manoell Gonçalves pylloto e patrão que foy na Capitnny de pernãu bucu” (AHMVC, Arquivo dos Condes de Azevedo, doc. avulsos, Testamento de Isabel Oliveira, s.c.).
- 2 Entre outras, destacamos: Requerimentos e Petições, Copiadores, Registo Geral, Actas de Vereação da Câmara, Testamentos e Imprensa portuguesa e brasileira.
- 3 AHMVC, 2932.
- 4 AHMVC, 2931.
- 5 ANDREA, 1960.
- 6 Os dados referentes às individualidades citadas, fazem parte do arquivo particular de Adeline Pilotto e de António Monteiro dos Santos.
- 7 *O Correio do Ave*, n.º 7, 02.07.1872.
- 8 *Jornal de Vila do Conde*, n.º 140, 13.10.1888.
- 9 *O Ave*, n.º 253, 27.08.1911.
- 10 HOLANDA, 1972: 230.
- 11 Tio-avô de Adeline Pilotto, co-autora do presente trabalho.
- 12 SILVA, 1960.
- 13 *Diário Ilustrado*, n.º 189, 07.01.1873.
- 14 ALVES, 1994: 172.